

APRESENTAÇÃO

FONTES, DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA FRONTEIRA ENTRE ANTROPOLOGIA, HISTÓRIA E OUTROS SABERES

*Antonio Alexandre Isidio Cardoso*¹

*Christiano Key Tambascia*²

*Larissa Nadai*³

*Marília B. A. Arizã*⁴

*Paulo Augusto Franco de Alcântara*⁵

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de pesquisa na New York University (NYU), ambos com bolsa FAPESP. Atualmente é professor adjunto do Colegiado de Ciências Humanas/História, do Centro de Ciências de Codó (UFMA), e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: alexandre.antonio@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0507>.

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é professor do Departamento de Antropologia da mesma instituição, integrando o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e também o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (linha Estudo de Patrimônio e Memória). E-mail: cktambas@unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5808-3345>.

³ Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: lari.antropologias@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0362-5420>.

⁴ Doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora em Antropologia Social pela mesma instituição com pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Atualmente, é docente de graduação e pós-graduação do Departamento de História da USP. Email: mbaariza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6199-2344>.

⁵ Pós-doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) - processo número 2019/22199-0. Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Email: guto.franco@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1256-0630>.

Neste dossiê pretendemos tensionar fronteiras entre fazeres antropológicos e historiográficos como uma chave de confronto crítico dos modos de dizer o mundo e de olhar para o passado (PESAVENTO, 2003). Acreditamos, com Marshall Sahlins (2004, p. 8), que o grande desafio dessa antropologia histórica aqui proposta não é apenas conhecer como os eventos na história são e foram ordenados pela cultura, mas compreender como a própria cultura é reordenada nesse processo. Nos termos de Lilia Schwarcz (2005), seria o caso de pensar-se o tempo como “categoria analítica”, estando atentos aos regimes de historicidade locais e culturalmente informados. Além disso, como nos lembra Hartog (2015), isso significa poder refletir sobre as experiências do tempo, bem como sobre as categorias que as organizam e que possibilitam a própria produção da história.

Nesse intento, concedemos atenção etnográfica às narrativas produzidas sobre a história, nos arquivos, na memória e na escrita, assumindo-as como dinâmicas e em constante atualização crítica. Como sugere Michael Taussig (2020), ao ponderar sobre a experiência da história sendo feita, numa contração entre passado e presente, é possível perceber a mesma respirando, viva, não encerrada. Ademais, acreditamos que os usos possíveis de fontes históricas como suporte para a produção de olhares antropológicos sobre o passado e os olhares historiográficos sobre etnografias e outros artefatos antropológicos enriquecem possibilidades de abordagem nas fimbrias da produção do conhecimento histórico e antropológico, em suas complexas formas de (re)visitar o vivido. Assim, consideramos que o exercício de auscultar permanências e estruturas pode cruzar-se a gérmens da mudança, de experiências e temporalidades da cultura (SAHLINS 1997), que servem como pontos nodais para investigar a tessitura de registros históricos, a produção de fontes e tipologias de arquivos.

Tal proposta surge no bojo de diversas experiências de pesquisa e circulação que conformam nossas carreiras, seja como antropólogos, seja como historiadores de formação. Mais do que isso, este dossiê dá continuidade a um debate iniciado no workshop, “Fontes, documentos e arquivos na fronteira entre Antropologia e História”, coordenado por

parte de nós – Larissa Nadai, Marília Ariza e Paulo Augusto Franco de Alcântara – e realizado de modo remoto em maio de 2021, no evento internacional LASA 2021, *Crisis global, desigualdades y centralidad de la vida*. O evento reuniu mais de vinte pesquisadores – entre eles Christiano Tambascia e Alexandre Cardoso – e tinha por intuito criar um canal de debate entre pesquisadores eles mesmos arredios aos marcos disciplinares que delimitam antropologia e história como domínios de saber distintos. Naquela oportunidade, nos perguntávamos tanto sobre os regimes de conhecimentos agenciados pelos(as) e nos(as) documentos/fontes quanto sobre as ausências, silenciamentos e obliterações que os(as) conformam. Além disso, estávamos interessados em discutir em bases concretas o quão frutífero era para tais pesquisadores permanecer nas intersecções entre antropologia e história e como encarar as fontes nesse território de convergências, buscando expandir e transgredir limites temáticos e metodológicos de parte a parte. Foi inspirado, portanto, na riqueza destas trocas que idealizamos este dossiê, como um espaço acolhedor por meio do qual autores e autoras pudessem a partir de seus próprios itinerários de pesquisa discutir e trazer novas miradas aos desafios teóricos e práticos das possibilidades de interlocução com arquivos enquanto um campo de práticas etnográficas e historiográficas.

Entendemos, nesse sentido, que todos os artigos acolhidos neste dossiê buscam, a partir de diferentes matizes teóricos-analíticas e empíricas, indagar a história nos múltiplos sentidos que tal ideia adquire. Seja nos efeitos produzidos na história tal como ela é feita (STOLER, 2010), seja por intermédios dos silenciamentos que a conformam. Silenciamentos que, tal como sugere Trouillot (2016), não se confundem com ausência, ao contrário, constituem-se como narrativas prenhes de autoridade que reverberam no presente (HARTMAN, 2020). Além disso, consideramos que todos os artigos que compõem esse dossiê abrem-se à reflexão sobre o engajamento do próprio fazer antropológico e o historiográfico nestes processos de modo a avaliar criticamente fricções e convergências entre estes campos disciplinares no que tange às concepções e aos usos de fontes, documentos e arquivos – fomentando novos olhares para antigas questões na direção das possibilidades e limites da transdisciplinaridade.

Orientado a uma “história vista de baixo”, nos termos de Thompson (2001), o artigo, *Entre agências e trajetórias negras: os “centenários” na cidade do Rio de Janeiro (1890-1906)*, busca dar contornos à vida e à experiência social de homens e mulheres negras centenários, a fim de fabular, como sugere Hartman (2020), sobre quais foram seus deslocamentos pela cidade e como eles construíram suas relações, especialmente após a promulgação da Lei Áurea, em 1888. Ao tomar como material historiográfico de análise o Censo Municipal de 1906 e uma sorte de periódicos em circulação no Rio de Janeiro da época, Tiago Campos da Silva procura dar visibilidade e protagonismo a tais sujeitos sociais, mas também intenta preencher as lacunas que constituem tais existências nos arquivos e nas narrativas oficiais do Brasil Republicano. Inspirado também pelos potentes argumentos de Carlo Ginzburg (1987; 2007), o autor questiona e desafia as narrativas produzidas por tais fontes oficiais do Estado, o Censo de 1906, bem como confronta as sucintas biografias convencionadas pelos jornais cariocas da época sobre africanos e africanas centenários, sobretudo, em seus obituários e/ou em reportagens destinadas a descrever os crimes que eles teriam praticado à época. Nos brindando com uma rigorosa historiografia, Silva reconstrói tais vidas negras centenárias lembrando as densas tramas que as conectam com a escravidão, mesmo quando arquivos e documentos insistem em esmaecer esta realidade. Mais do que isso, Silva lança luz à agência destes centenários e centenárias, sem deixar de explicitar as pervasivas relações de pauperização e exclusão que conformam tais trajetórias em um Brasil pós-abolição e para o qual a escravidão seguiu sendo uma chaga aberta.

É também atento às conexões entre passado e presente vivido que em *No limiar dos mundos: religiosidades, representações e vivências no catolicismo popular em Caldas, Sul de Minas Gerais*, Marcelo Elias Bernardes reflete sobre o caráter dinâmico da história, tal como mobilizada pelos sujeitos na forma de um contar “causos”, que remete tanto a uma espécie de léxico histórico que tornam compreensíveis as narrativas sobre eventos sobrenaturais, como também ao caráter praticado das preocupações cotidianas em um contexto rural mineiro fortemente marcado pelo catolicismo popular. Fundamentada em uma extensa pesquisa etnográfica em Caldas, a análise

de Bernardes sobre as histórias orais de assombrações e sobre a eficácia do benzimento deixa clara a importância de uma etnografia das estratégias que as pessoas utilizam para atualizar o passado de formas criativas – ou, como pondera o autor, improvisadas. A atenção aos aspectos cotidianos da presença de um outro mundo, não secular, em um pequeno, mas antigo município, ainda bastante marcado pela ruralidade e pelo catolicismo, presente, mas pouco instituído em suas estruturas oficiosas, permite entender um certo pragmatismo na evitação de malefícios. A doença, ou então as mortes violentas e que deixam em aberto problemas ao mesmo tempo pessoais e coletivos, dão sustentação às explicações sobre a realidade de um outro mundo que a historiografia oficial não parece dar conta. Bernardes nos dá a ver a relação entre a percepção do precário no universo rural e a esfera religiosa que dificilmente pode ser compartimentalizada na prática social. O passado, neste sentido, não está apartado das preocupações presentes, bem como a história parece se multiplicar.

Em um espectro temporal completamente distinto, mas questionando silêncios e ausências produzidos nos e pelos arquivos, no artigo, *Inventariando fontes, construindo interpretações históricas: a creche e jardim de infância em Brasília (DF, 1960-1970)*, Etienne Barbosa, Lívia de Avelar Andrade Guimarães e Thaísa Teixeira Tavares nos apresentam o mundo das primeiras creches e jardins de infância em Brasília, nas décadas de 1960 e 1970. Lançando mão e desafiando uma variedade de arquivos, as autoras investigam as práticas e concepções que constituíram tais instituições e seus saberes. Dando atenção especial às limitações e incompletudes/escassez dos arquivos, o estudo é uma contribuição a um campo de análises que assume as questões epistemológicas como centrais na formação de arquivos, bem como nos seus efeitos na formação de conhecimentos sobre o passado (e sobre o presente). A inquirição no limite dos arquivos revela, potencialmente, aspectos relevantes sobre as concepções e representações sobre a infância, a educação infantil, a assistência e o cuidado numa perspectiva que intersecciona gênero e classe. Tais representações são indícios interessantes para uma compreensão que coloca a gestão da infância em relação de tensionamento com os projetos nacionais gestados em plena capital recém-criada.

Tomando o próprio arquivo como campo de reflexão e dirigindo atenções a um arquivo de documentos criados e colecionados ao longo da trajetória de um muito importante intelectual brasileiro, Amanda Gonçalves Serafim explora diferentes aspectos que emergem do encontro entre antropologia e arquivos. Em *As relações entre a antropologia e os arquivos vista através do Fundo Roberto Cardoso de Oliveira*, a autora propõe, por um lado, investigar as relações entre procedimentos de produção, seleção, doação e organização de documentos, escrutinando as políticas de arquivamento e monumentalização ensejadas na formação do dito Fundo; por outro, busca analisar como tais políticas colaboram para a compreensão do projeto intelectual de Roberto Cardoso de Oliveira – e, no limite, de sua importância para a própria constituição do saber antropológico. Ao construir uma interessante etnografia dos documentos legados por Cardoso – apoiando-se em autores que têm tensionado os limites entre a “etnografia dos e nos arquivos” –, a autora mira dois horizontes: explorar a relevância deste acervo para a produção de uma história da antropologia e, ao mesmo tempo, observar, sob lente crítica, o papel de acervos do tipo na construção de histórias intelectuais.

Se arquivos conformam aquilo que nos é dado a ver sobre intelectuais como Roberto Cardoso de Oliveira, é também disputando tais permanências e oficialidades da história que certos sujeitos traçam e recontam aquilo que foi obliterado de suas estórias e/ou sobre um dado evento histórico. É assim que em *Uma certa pandemia em documentos: mobilizações indígenas no Ceará contra a Covid-19*, os documentos surgem como instrumento de uma reflexão que se coloca nas fronteiras entre antropologia e história. Valendo-se de fontes diversas – material produzido por órgãos sanitários governamentais, ministério público e entidades de representação de grupos indígenas, além de reportagens de jornal – David Stigger reconstitui as estratégias de organização coletiva adotadas por povos indígenas no enfrentamento à pandemia, mirando a construção de um relato que se situa entre a micro-história e a antropologia interpretativa. Seu intuito, afinal, é reunir fontes diversas de modo a compreender como este evento histórico foi percebido e contado por diferentes etnias que figuram entre grupos enormemente afetados pela tragédia global,

construindo, assim, um olhar propriamente antropológico à questão. Os documentos, neste sentido, são aqui convocados como informantes – são pistas ou indícios, como sugere a literatura da micro-história mobilizada pelo autor, por meio dos quais falam atores sociais cuja leitura sobre a Covid-19 foi amplamente ignorada. Por este olhar, compreende-se como os desafios no combate à pandemia refletiram e recrudesceram políticas formais e informais, históricas, mas aprofundadas sob o governo então em vigor, de descaso com os povos indígenas.

Mas, como se formam memórias? Como se forma um arquivo coletivo? Orientada a tais questionamentos, no artigo, *Memórias orais, comunicação radial e o arquivo como tecnologia de luta: reflexões a partir do caso do corpus de arquivos da organização de mulheres indígenas Aretede e a rádio La Voz Indígena* escrito por Mariana de los Angeles Ortega conhecemos o processo de construção e de reflexão em torno dos arquivos de mulheres indígenas Aretede e da estação de uma rádio comunitária na região norte da Argentina. No trabalho de campo realizado entre 2015 e 2020 entre a organização de mulheres indígenas Aretede, a autora desenvolve atenção às tramas que colocam sob constante disputa a história e a memória numa perspectiva que contesta as narrativas impostas pelo poder de matriz colonial. Além disso, ao se aprofundar nesse processo de construção de arquivos coletivos e da própria história, entre documentos escritos, áudios, vídeos, imagens e livros, a autora demonstra o caráter performativo presente nos registros sempre em relação com as finalidades políticas neles transacionadas e perseguidas. Nos é revelado, desse modo, os modos pelos quais as formas de arquivamento, naquele contexto, podem constituir tecnologias de luta que contestam os regimes dominantes da história. Para isso, tornam-se inescapáveis as abordagens que indagam as relações de forças, as negociações, as apostas políticas com diferentes dimensões e lados, as experiências de passado e de futuro que marcam e habitam os arquivos em formação coletiva. De fato, o artigo contribui para a formação de compreensões que coloquem sob escrutínio histórico-antropológico as práticas, os regimes e as formas por meio das quais não somente os arquivos são construídos, mas também podem ser elaborados no tempo, individual e coletivamente, como legítimos. No caso mais

geral, tal reconhecimento ainda encontra resistências quando a compreensão sobre os arquivos contesta o seu estatuto de repositório e manancial fixo do tempo passado, em direção a concepções mais dinâmicas, vivas e instáveis sobre a produção do conhecimento, sobretudo, em matrizes coloniais.

É também disputando os marcos do passado, mas tensionado as fronteiras entre ciência e religião que, em *Entre os campos medicinal e religioso: algumas considerações em torno dos conhecimentos da prática do benzimento em Caldas, Minas Gerais (2000-2020)*, Letícia Bernardes apresenta uma análise sobre o benzimento em Caldas. Em sua pesquisa, a autora lança mão da história oral, de maneira a chamar a atenção para as práticas de cura por benzimento. Neste sentido, ao refletir sobre como os sentidos do passado são mobilizados pode-se perceber os usos da história, que tensionam a relação entre diferentes saberes, populares e científicos. Bernardes, ao atentar ao rebaixamento daquilo que é considerado atrasado ou popular, traça uma chave de estudo crítica que contrapõe as leituras históricas convencionais com o entendimento de que uma certa praxiologia da transmissão de conhecimentos do benzimento é fundamental para entender este fenômeno. Mais do que isso, a opção por apresentar trajetórias de pessoas benzedoras explicita as conexões entre o mundo secular e o religioso em um contexto em que o parentesco assume uma posição chave como mecanismo de educação e de vocação. O estudo do benzimento, na narrativa oral de seus praticantes e nas mediações materiais que realizam, torna o fenômeno como algo a mais do que representação errônea da realidade. Da mesma maneira, analisar a história agônica que separa medicina e cura popular, ou ciência e religião, abre novas possibilidades de interpretação. Ao realizar uma revisão da literatura sobre o fazer científico para pensar este universo etnográfico mineiro, Bernardes contribui para discussões epistemológicas importantes para a crítica historiográfica. Afinal, o suposto naturalizado de que o que separa práticas científicas ou supersticiosas parece andar lado a lado com divisões temporais estáticas: o benzimento, mesmo em suas atualizações contemporâneas, estaria condenado ao passado, persistente como anacronismo ingênuo. Entretanto, o que a etnografia mostra é que uma visão mais generosa dos desafios enfrentados na constituição

de saberes engendrados historicamente permite acompanhar o caráter dinâmico deste processo.

Finalmente, encerrando esse dossiê e com um caráter metodológico e interdisciplinar, o artigo *Os silêncios dos arquivos e a antropologia histórica: história indígena na cidade*, busca dar atenção ao profícuo encontro de dois campos disciplinares que orientam a proposta deste dossiê: a antropologia e a história. Calcada em suas experiências de pesquisa junto às populações indígenas urbanas, sobretudo, crianças indígenas em Manaus, na segunda metade do século XIX, Ana Luiza Moraes Soares está interessada em explorar as potencialidades de permanecer entre tais cânones disciplinares, bem como tal escolha metodológica contribuiria tanto para o resgate de vozes silenciadas quanto para o questionamento de uma noção de indianeidade, na qual a experiência urbana se encontra mascarada ou invisibilizada. Diante desta arrojada e corajosa proposta, a autora retraça em seu artigo as perversas caixinhas por meio das quais aprisionamos e somos aprisionadas ao longo de nossas trajetórias de pesquisa, sobretudo, no caso de investigações que se fazem no entre e se constroem nas fronteiras nacionais, como fica evidente pelas circulações entre Brasil e Estados Unidos as quais condicionam a carreira de Soares. Vinculada à antropologia, um pouco historiadora e definida como etnohistoriadora pelo universo acadêmico americano, Soares procura traçar as múltiplas histórias que entrelaçam antropologia e história, a fim de descortinar suas próprias apostas metodológicas, preocupada em criar pontes entre presente e passado e em “descolonizar” tanto sua escrita como o modo pelo qual conduz suas pesquisas. Com vistas a nos demonstrar tais práxis, Soares nos reconta suas estratégias de pesquisa na cidade de Manaus e como ela foi criticamente alinhavando histórias orais coletadas e entrevistas realizadas no presente a uma gama variada de fontes documentais espalhadas elas mesmas em diversos arquivos, museus ou bibliotecas da cidade. Ainda que as histórias contadas pela autora tenham por finalidade dar urdidura a uma trama metodológica, seu artigo lança luz a inúmeras práticas de esmaecimento que estão elas mesmas no centro de sua análise: o entrelaçamento pouco explorado entre espaço urbano e quem pode ou não ser indígena em determinado momento histórico. Questionando os

imaginários e narrativas oficiais voltadas a mascarar a existência indígena nos centros urbanos, o artigo escrito por Soares se torna ele mesmo uma aposta e um manifesto, sem romantização, do que pode significar permanecer no entre e realizar uma antropologia histórica.

Como fica evidente nesta breve apresentação, os artigos coligidos neste dossiê orientam-se a uma sorte de tipos documentais e formas de arquivamento, bem como produzem perguntas que versam sobre as histórias e as estórias vividas e feitas pelos sujeitos. De fato, muito tem se produzido sobre as tensões, fricções e convergências entre saberes históricos e antropológicos, bem como sobre as potencialidades que tais encontros ensejam. Muitos dirão que tais polarizações já estariam superadas tanto para antropologia, uma vez que Evans-Pritchard (1962) há muito já teria afirmado não haver “sociedade sem história”, quanto para história, desde que a mesma se abriu as dimensões sociais da vida cultural e passou a enveredar pelas tessituras da etnografia como ferramenta de descrição e análise (BURKE, 2008). Contudo, os debates em torno dessas searas continuam a motivar e render boas e profícuas discussões – é o que demonstra esse dossiê.

Esperamos que, assim como nós, os leitores nele encontrem inspiração para transgredir dicotomias que tradicionalmente separaram os campos disciplinares da história e da antropologia. Mais do que isso, desejamos que se sintam encorajados a navegar por diferentes matizes teórico-analíticas, reiventariando e ampliando, de forma constante, os repertórios de objetos e métodos que animam os debates especialmente voltados a enfrentar o estatuto, o sentido e as contradições que perfazem arquivos, documentos e fontes.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *What is Cultural History?* Maiden: Polity, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Anthropology and History. In: Evans-Pritchard, E. E. *Essays in Social Anthropology*. London: Faber and Faber, 1962.

- GINZSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZSBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em Dois Atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, 2020.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, n. 14, 2003.
- SAHLINS, Marshall. 'O pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). *MANA*, v. 3, n. 1, pp. 41-73, 1997.
- SAHLINS, Marshall. *Historical Metaphors and Mythical Realities. Structure in the Early History of Sandwich Islands Kingdom*. The University of Michigan Press. 2004.
- SCHWARCZ, Lília K. M. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 72, pp. 119-135, 2005.
- STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- TAUSSIG, Michael. Unpacking My Library: An Experiment in the Technique of Awakening. *Critical Inquiry*, v. 46, n. 2, 2020.
- THOMPSON, E.P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-267.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: huya, 2016.